

Moreira Matiz



Gerardo Magela



DEBATE Rejeição de nome indicado pela Câmara para o Conselho Nacional de Justiça provoca discussão acirrada no Plenário, no mesmo dia em que a oposição formaliza pedido para instalar CPI

UM DIA DE POLÊMICA

Oposição entrega pedido de CPI

Rejeitado nome para Conselho de Justiça

Página 3 a 5

Comissão busca consenso para reduzir jornada

Audiência pública busca sugestões para um projeto de consenso da CAS sobre a redução da jornada de trabalho.

Página 8

Proposta deve limitar cortes de verbas

Áreas listadas em anexo da LDO poderão ser poupadas de cortes, conforme sugestão feita pelo presidente do Senado.

Página 7

Gerardo Magela



Uma encenação de morte violenta fez parte de ato público realizado na rampa do Congresso por representantes de várias entidades pró-desarmamento. Parlamentares como César Borges, Raul Jungmann, Renan Calheiros e João Paulo Cunha participaram da manifestação. **Página 6**

Osmar propõe estímulo à pesquisa

Projeto que permite deduzir do Imposto de Renda as doações para pesquisa científica foi anunciado pelo senador Osmar Dias.

Página 2

Especialistas debatem leis sobre o aborto

A revisão das leis punitivas do aborto será discutida hoje em videoconferência nacional, no auditório do Interlegis.

Página 6



INCOERÊNCIA Para Heloísa Helena, argumentos do governo para negar o aumento são insustentáveis

Heloísa Helena defende reajuste para os militares

Em defesa do reajuste pleiteado pelos militares, promessa do presidente Lula no ano passado, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) ocupou ontem a tribuna do Plenário. Ela esclareceu que a proposta de reajuste era de 33%, foram dados 10% em 2004, a título de adiantamento, e o restante teria sido ignorado pelo governo.

Heloísa Helena classificou a atitude do governo de "cínica" por não conceder o reajuste alegando dificuldades econômicas, enquanto proclama sobre meios de comunicação o avanço de índices de crescimento e outros parâmetros econômicos.

– Parece que a economia só não vai bem quando o assunto é reajuste dos militares – protestou a senadora, que aproveitou para denunciar a relação do governo com o sistema financeiro e com as "ratazanas de terno e gravata, representantes de uma certa elite nacional".

A senadora também se referiu ao acampamento montado pelas mulheres de militares na Esplanada dos Ministérios e pediu para que ali seja instalado ao menos um "banheiro e um ponto de luz".

Osmar Dias quer abater do IR doações para pesquisa

■ Projeto, segundo comparação do senador, será uma espécie de "Lei Rouanet para a ciência"

O senador Osmar Dias (PDT-PR) deverá apresentar em breve projeto que permite a dedução no Imposto de Renda das doações de pessoas físicas e de empresas a entidades de pesquisas científicas e tecnológicas. Será, ele explicou, uma "Lei Rouanet para a ciência", podendo carrear verbas para institutos que,



Fotos: Roosevelt Pinheiro

AVANÇO Proposta vai apoiar centros com bons profissionais mas sem dinheiro para bancar projetos

apesar da grande capacidade de seus profissionais, não dispõem de dinheiro para bancar pesquisas avançadas.

A idéia surgiu depois de sua participação em debate com alunos de mestrado de Medicina e Ciências Biológicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sobre a Lei de Biossegurança, da qual foi um dos relatores no Congresso. Lá conheceu laboratórios nos quais, segundo ele, estão sendo realizadas pesquisas das mais avançadas do mundo. O laboratório de Engenharia e Transplante Celular, por exemplo, vem utilizando células-tronco para recuperação do músculo cardíaco em vítimas de infarto e outras doenças do coração.



ERRO Corte no número de vereadores sem redução de gastos gera "distorção", afirma Valadares

Valadares critica redução de vagas nas câmaras

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que a redução do número de vereadores nas câmaras municipais gerou "uma distorção absurda", pois não houve correspondente corte nos gastos. Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) suprimiu mais de 8 mil vagas nessas casas em 2004.

O parlamentar espera que o Supremo Tribunal Federal decida contra a resolução, em ação direta de inconstitucionalidade (Adin) por ser julgada. João Batista Motta (PMDB-ES), em apoio, disse que o número de vereadores deveria ser aumentado.

Agenda

Indicações para o Conselho de Justiça continuam em Plenário

As indicações dos membros do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário, continuam na pauta de hoje, em sessão marcada para as 14h. A votação foi alvo de grande polêmica ontem, por conta da rejeição de um dos nomes.



Guido Mantega em debate com senadores

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discute o financiamento para projetos de desenvolvimento regional com os presidentes do Banco do Nordeste, Robert Smith, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES), Guido Mantega. No mesmo horário, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa indicações de embaixadores brasileiros e, às 9h, a Comissão Conjunta do Mercosul (CPC) vota dois projetos que tratam de isenções tarifárias.

Desarmamento em pauta

O presidente Renan Calheiros participa de sessão solene na Câmara dos Deputados, às 10h; e de reunião da Mesa diretora, às 10h30, e da Frente Parlamentar pelo Desarmamento, às 11h. Recebe ainda a viúva de João Goulart, às 15h30.

Desconto em tarifa aérea

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vota, às 10h, descontos nas tarifas aéreas para os maiores de 60 anos (PLSs 287 e 569/99). No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove reunião.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



CRISE Mozarildo diz que quadro é grave e dificulta ações contra tráfico de drogas e armas em fronteiras

Mozarildo alerta para dificuldades de policiais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) solidarizou-se ontem com a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), que divulgou comunicado à imprensa lamentando a precariedade das condições de trabalho dos agentes federais. Para ele, a situação é tão grave que dificulta a vigilância das fronteiras e facilita o tráfico de drogas e de armas.

Mozarildo citou matéria publicada no jornal *Brasil Norte*, de Boa Vista (RR), que descreve as dificuldades por que passam os policiais encarregados do patrulhamento das fronteiras brasileiras no estado.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Impasse na formação do Conselho de Justiça

■ Rejeição de indicado impede exame dos demais nomes do órgão de controle externo do Judiciário

O Plenário aprovou ontem cinco dos 15 indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle externo, previsto pela reforma do Judiciário. A rejeição, porém, do indicado pela Câmara dos Deputados, Alexandre de Moraes, provocou um acirrado debate com mais de quatro horas de duração e impediu a continuidade das votações.

Foram acolhidas três indicações feitas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ): o

ministro Antônio de Pádua Ribeiro, o desembargador federal Jirair Aram Megueriam e a juíza federal Germana de Oliveira Moraes. Os senadores examinaram ainda a indicação do jurista Joaquim Falcão, apresentada pelos líderes partidários do Senado, assim como o nome escolhido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o também jurista Oscar Otávio Coimbra Argollo.

Após a aprovação de quatro das indicações para o CNJ, o senador José Agripino (PFL-RN) apresentou requerimento de inversão de pauta para o Plenário votar a indicação do constitucionalista Alexandre de Moraes, o último da lista dos 15 nomes. Moraes é secretário de estado de Geraldo Alckmin (PSDB), governador de São

Paulo, e já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para compor o CNJ. Por 2 votos, ele não obteve a maioria absoluta de 41 votos favoráveis, que era necessária, e teve seu nome rejeitado.

Os senadores Magno Malta (PL-ES), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Demostenes Torres (PFL-GO) protestaram contra a rejeição de Alexandre de Moraes. Demostenes classificou a rejeição de “molecagem” e “falta de vergonha e compostura” do PT, que teria desrespeitado o acordo de líderes. Arthur Virgílio disse que a rejeição foi “mesquinha”, e seria uma “retaliação de chantagistas” por causa da criação da CPI dos Correios. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou

o acontecimento como “um absurdo, um despeito dos petistas, que foram derrotados na Câmara”, referindo-se à vitória obtida por Alexandre de Moraes naquela Casa.

O senador José Sarney (PMDB-AP) ainda apelou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que repetisse a apreciação do nome de Alexandre de Moraes, já que muitos parlamentares não estavam em Plenário no momento da votação. A tentativa de Sarney foi ouvida por Renan, que chegou a suspender a sessão para discutir com os demais senadores a possibilidade de repetir a votação. Renan decidiu, no entanto, que só repetiria sob a condição de se obter a unanimidade da Casa nesse sentido.

O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), lamentou a rejeição do jurista, mas disse não haver base no Regimento para repetir a votação. Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Geraldo Mesquita (PSOL-AC) e Osmar Dias (PDT-PR) acompanharam a opinião de Jefferson.

Diante disso, os senadores Arthur Virgílio, Demostenes e Agripino desistiram de tentar nova votação. Arthur Virgílio ressaltou “não haver clima” para as demais votações de nomes para o CNJ. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), por sua vez, defendeu o fim do voto secreto na indicação de autoridades. Ele afirmou que discutirá com a oposição, nos próximos dias, uma solução para o caso.

Roosevelt Pinheiro



TENSÃO Acirramento das discussões, que duraram mais de quatro horas e inviabilizaram a continuidade de votação dos indicados para conselho, dominou a sessão do Plenário

Debate marcado pelo confronto entre governo e oposição

Após o fracasso da tentativa de repetir a votação que rejeitou o nome do jurista Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) atribuiu o clima de confronto no Plenário ao tom dos discursos oposicionistas nos últimos dias. Saturnino mencionou os senadores Antonio Carlos Magalhães e Arthur Virgílio, cujos discursos conteriam ameaças ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

– Quem viveu a queda de Vargas e o golpe de 1964 se lembra muito bem dessa retórica. Se o conflito se agravar, não é por culpa da bancada do governo

– declarou, afirmando serem os mesmos vários dos personagens desses episódios.

Antonio Carlos respondeu que Saturnino “não deveria estar no Senado”, já que teria “vendido seu mandato” a seu suplente, Carlos Lupi, do PDT. O representante da Bahia observou que, contra si, “nunca pesaram acusações de corrupção”. Dizendo-se atingido pessoalmente, Saturnino replicou acusando Antonio Carlos de “golpista” e de “puxa-saco de governo”.

O senador Arthur Virgílio respondeu a Saturnino que não poderia conter seu discurso oposicionista, mesmo que este desagradasse aos governistas.

O representante do PSDB voltou a pedir investigação sobre a corrupção no âmbito do governo Lula e a criticar a rejeição do jurista indicado pela Câmara dos Deputados.

“Mar de lama”

Vários senadores da oposição criticaram a opinião de Saturnino. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) enumerou os escândalos no âmbito do governo federal. Antero disse que “há um mar de lama” no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Heloísa Helena (PSOL-AL) observou que é necessário apurar a corrupção tanto no governo Lula quanto no de Fernando Henrique Cardoso.

Lamentaram o clima acirrado no Plenário os senadores José Jorge (PFL-PE), Ramez Tebet (PMDB-MS), Delcídio Amaral (PT-MS) e Marcelo Crivella (PL-RJ), que atribuiu as acusações mútuas ao “calor do debate”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que os senadores têm o dever de reparar os erros cometidos na sessão deliberativa de ontem.

– Esta Casa merece um final menos melancólico para essa grande conquista da sociedade, que é o controle externo do Judiciário – assinalou.

Ela recusou a acusação de que o governo Lula estaria mergulhado em um “mar de lama”. Para a senadora, se exis-

tiu um mar de lama no país, ele foi “surfado” em governos anteriores. Ideli Salvatti também protestou contra o uso do termo “dia negro”, que teria sido citado por alguns parlamentares para caracterizar os intensos debates e a agitação política verificados na sessão. Ela lembrou o caráter politicamente incorreto da expressão, que, em sua opinião, representa a manifestação de preconceito contra os afrodescendentes.

Responderam a Ideli os senadores Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes (PFL-PI), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Almeida Lima (PSDB-SE), que insistiu na expressão “mar de lama”.



Proposta tem o apoio de 44 senadores e de mais de 220 deputados. Renan anuncia que, após serem conferidas assinaturas, convocará sessão do Congresso para leitura do requerimento. Ele diz já ter conversado com líderes sobre indicação dos membros da comissão

Oposição entrega o requerimento de CPI

Senadores e deputados da oposição entregaram, na tarde de ontem, o requerimento para instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Assinaram o pedido 44 senadores e mais de 220 deputados. O requerimento foi protocolado na Secretaria da Mesa do Congresso Nacional pelos senadores José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge (PFL-PE), e pelos deputados Rodrigo Maia (PFL-



DETERMINAÇÃO Líderes da oposição dirigem-se à Secretaria Geral da Mesa para protocolar o pedido

RJ), Alberto Goldman (PSDB-SP) e José Carlos Aleluia (PFL-BA).

– A CPI será instalada com certeza – garantiu José Agripino, afirmando

que, se as lideranças dos partidos não indicarem os membros da comissão, o presidente do Senado será obrigado a fazê-lo, conforme o Regimento

Comum.

Reportagem intitulada “O homem-chave do PTB”, publicada pela revista *Veja* nesta semana, mostra fotos de

uma gravação em vídeo em que o então chefe de departamento da ECT Maurício Marinho recebe propina de empresários interessados em negociar com os Correios. Nas gravações, Marinho se diz representante do deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente nacional do PTB, e insinua que o esquema pode envolver outras estatais.

O deputado Alberto Goldman ressaltou que o objetivo da CPI é verificar se o esquema de corrupção se restringe às pessoas citadas nas gravações divulgadas ou se há mais envolvidos.

O requerimento, agora, deverá ser lido em sessão conjunta do Congresso. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que, antes de convocar a sessão, aguardará a conferência das assinaturas dos deputados no requerimento. “Tão logo tenhamos a conferência, vou convocar a sessão do Congresso e, em seguida, pedir aos líderes partidários que indiquem os nomes. Já conversei com quase todos, e senti neles a disposição de indicá-los”, informou. Entre as assinaturas da proposta para a CPI está a de Roberto Jefferson.

Efraim Morais



COBRANÇA “População ainda não se esqueceu do caso Waldomiro Diniz”

População se cansou de escândalos

Ao criticar os que se posicionam contra a comissão parlamentar de inquérito, o senador Efraim Morais (PFL-PB) congratulou o vice-presidente da República, José Alencar, por afirmar que se estivesse no Senado assinaria o pedido para instalação da CPI.

Efraim enfatizou que o Poder Legislativo tem que cumprir sua missão de fiscalizar, sob pena de se desmoralizar perante a população. Ele disse que o povo está cansado de corrupção e ainda não esqueceu o caso Waldomiro Diniz.

José Jorge



AMIZADE Senador crítica afirmação de Lula sobre presidente do PTB

Governo deve enfatizar a transparência

O senador José Jorge (PFL-PE) destacou declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo a qual o presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), acusado de envolvimento no suposto esquema, “seria um parceiro e mereceria sua amizade”.

– Não é isso que a nação espera do presidente. Ele foi eleito para governar todos os brasileiros com a responsabilidade de, em primeiro lugar, enfatizar a necessidade de transparência – protestou o parlamentar.

Alvaro Dias



CONSTATAÇÃO “O governo é omissivo quando permite que prevaleça a impunidade”

Corrupção é a causa maior da pobreza

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o governo Lula é omissivo em relação à corrupção. Ele age dessa forma, na opinião do senador, quando permite que prevaleça a impunidade, posicionando-se contra a CPI sobre os Correios.

O senador acredita que a corrupção é a causa maior da pobreza, do desemprego e do subdesenvolvimento do país. Alvaro informou que a Transparência Internacional, responsável pelo *ranking* da corrupção no mundo, coloca o Brasil em lugar de destaque.

Antonio C. Magalhães



PREVISÃO “Não queremos impeachment. Isso será feito por meio das urnas”

Cobrança da demissão de acusados

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que, se Lula não fosse conivente com os recentes casos de corrupção, demitiria os altos funcionários que vêm sendo acusados. Ele citou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– Alguns lembram que Lula obteve grande votação. E é justamente por isso que ele é uma grande decepção. Collor também obteve grande votação e perdeu o cargo por *impeachment*. Não queremos o *impeachment* de Lula; isso será feito por meio das urnas.

Bornhausen



EQUÍVOCO “Insistência em editar MPs paralisa a própria ação do Executivo”

Missão será cumprida, doa a quem doer

A comissão parlamentar de inquérito é necessária para evitar a “desmoralização do Congresso”, sustentou o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

– Devemos cumprir nossa missão, doa a quem doer, custe o que custar. O bem maior é a democracia representativa; é assim que pensa o PFL.

Ele disse que a paralisação das votações é fruto da insistência de Lula em editar medidas provisórias, que obstruem a própria ação do Executivo, e da falta de entendimento na sua base de apoio.

Sibá Machado



ENERGIA “Não será essa oposição que vai retirar o nosso presidente do poder”

Oposição está querendo destronar Lula

Sibá Machado (PT-AC) afirmou que a intenção da oposição, com o pedido da CPI, “é destronar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ele ser uma pessoa humilde e popular”.

– Por detrás de uma pseudovarredura da corrupção, estão querendo destronar uma pessoa humilde, popular, que foi eleita com mais de 53 milhões de votos. Não será essa oposição que vai retirar o nosso presidente do poder – frisou Sibá.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que a CPI visa preservar Lula.



Governistas apontam exagero nas críticas da oposição e afirmam que o país apresenta estabilidade institucional e crescimento econômico

Ideli Salvatti

Corrupção tem sido combatida com rigor

Recém-chegada do Japão, que visitou como integrante de comitiva do Partido dos Trabalhadores, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse ter estranhado o descompasso entre a situação catastrófica alardeada pela oposição e a realidade da economia brasileira. A petista se mostrou ainda mais indignada com discursos que suscitam a possibilidade de o presidente Lula deixar o poder por vias diversas da eleitoral.

Ao comentar as denúncias de cobrança de propina por um funcionário dos Correios, Ideli sublinhou que a corrupção é arraigada no país, mas tem sido combatida com vigor pelo governo.

Maguito Vilela

"Presidente Lula não é conivente"

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) garantiu ontem da tribuna que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "não é conivente" com a corrupção e recomendou aos parlamentares dos partidos de oposição que tenham mais cautela em suas afirmações sobre a denúncia de esquema de propinas nos Correios, envolvendo pessoas que trabalham no governo.

– O presidente pode estar solidário, mas não conivente. Ele não vai punir pessoas antes da comprovação de atos irregulares. Qual político não foi vítima de calúnia? – questionou.

Maguito destacou que ninguém duvida da honestidade do presidente



Fotos: Roosevelt Pinheiro

EQUÍVOCO Ideli: catástrofes alardeadas pela oposição destoam da realidade do país

A senadora comentou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem, que informa terem sido criados 558 mil empregos este ano e destaca o crescimento da produção e das exportações.

Ideli fez um relato da viagem ao Japão, que também deve ser visitado pelo presidente Lula nos dias 26 a 27 de maio. Conforme adiantou, há expectativa de ampliar as relações comerciais entre Brasil e Japão, alinhados na proposta de reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.



JUSTIÇA Não pode haver punição antes de comprovada a irregularidade, diz Maguito

Lula. Disse também que discordava da oposição, em sua tentativa de ligar o presidente aos atos de corrupção noticiados.

O senador aplaudiu o presidente da Câmara Municipal de Cristalina (GO), Marquinho Abrão, que, na contramão "do que acontece no Brasil", promoveu cortes de fornecedores, de prestadores de serviços e de pessoal. A economia, até agora, chegou a R\$ 375 mil, utilizados na compra de ambulância, na construção de um posto de saúde e de um posto policial.

Aloizio Mercadante

Oposição exagera nas críticas

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, condenou ontem "o exagero" nos debates de senadores da oposição que defenderam a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias da existência de um esquema de propinas nos Correios. Mercadante se referiu especialmente a discurso de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que lembrou o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, e o suicídio de Vargas, em 1954. Mercadante criticou ainda o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ter afirmado que o país corre risco de uma "crise constitucional".



NORMALIDADE Mercadante ressalta que "o país vive um Estado de direito"

– São manifestações antidemocráticas. O país vive um Estado de direito, uma plena liberdade de manifestação de opinião e as instituições democráticas funcionam com toda plenitude. Vivemos um momento de intenso debate político – disse Mercadante.

O senador criticou também o jornal *Folha de S. Paulo*, que, na edição de ontem, teria estampado manchetes não condizentes com o conteúdo das matérias, o que não ajuda na informação nem na discussão dos fatos.

Tião Viana

Governo do Acre ignora contrato

O senador Tião Viana (PT-AC) leu em Plenário uma nota do secretário estadual de Comunicação do Acre, Aníbal Diniz, segundo a qual o governo do estado não tem conhecimento da existência do suposto contrato com a empresa Novadata, para fornecimento de microcomputadores.

Conforme matéria publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a Novadata teria sido citada pelo ex-chefe do Departamento de Compras e Administração de Materiais dos Correios Maurício Marinho como sendo beneficiada por um "acerto" para obter reajuste de R\$ 5,5 milhões no valor de um contrato.

Ouvida pela *Folha*, a



POSIÇÃO Em nota, lida por Tião Viana, governo do estado nega contrato com Novadata

Novadata confirmou ter recebido o reajuste e informou que os contratos com os Correios ao longo do governo Lula somaram R\$ 15,3 milhões, e que o maior teria sido firmado em outubro de 2003, para fornecimento de 3.492 microcomputadores no estado do Acre.

As declarações de Marinho, divulgadas pela revista *Veja*, sobre corrupção nos Correios, motivaram parlamentares a encaminhar ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, pedido de abertura de CPI.

Renan quer agilizar recriação da Sudene

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem a aprovação, com rapidez, do projeto de lei em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A deputados e representações empresariais de Montes Claros (MG) que o procuraram, acompanhados do senador Hélio Costa (PMDB-MG), ele disse que, mais do que nunca, é necessária uma política para desenvolver as regiões mais pobres do país.

Segundo Renan, o projeto de recriação da Sudene que o Senado deseja aprovar é uma iniciativa destinada a

ter eficácia. Por essa razão, observou, é fundamental aparar arestas que possam dificultar a concretização desse objetivo. O projeto se encontra na Câmara e um jornalista o questionou sobre a hipótese, que teria sido aventada pelo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de o Senado estar colocando dificuldades à aprovação da matéria com o texto atual.

– O Severino sabe que estamos fazendo tudo para recriar a Sudene, pois sabemos do papel insubstituível que ela exerceu no passado e que pode voltar a exercer, sobretudo quando a desigualdade regional aumenta – ressaltou.



Jane Araújo

APOIO Ao lado de Hélio Costa (E), Renan Calheiros recebe lideranças políticas e empresariais de Montes Claros

Órgão é vital para o norte de Minas, diz Hélio Costa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) solicitou do governo providências para a reimplantação da Sudene e cobrou atenção às estradas federais, especialmente às de Minas Gerais.

O parlamentar destacou a visita da delegação de Montes Claros, cidade do norte de Minas, que procurou o presidente do Congresso, Renan Calheiros, para tratar da recriação da Sudene. Ele observou que, no passado, o órgão foi de fundamental importância para o desenvolvimento da região.

– A região de Montes Claros deve todo o seu progresso industrial à Sudene. Precisamos re-fazer esse órgão. Esperamos que, nos próximos

meses, possamos assistir à retomada das atividades, vendo a Sudene prestigiar os pequenos empresários, que têm a capacidade de fazer do Brasil uma grande nação – afirmou ele.

A delegação de Montes Claros também pediu que fosse renovado o apelo ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que a rodovia 135, que liga a cidade a Belo Horizonte, possa ser recuperada.

– O Triângulo Mineiro está sendo prejudicado economicamente pela falta de estradas, que são as artérias do nosso estado – alertou Hélio Costa, acrescentando que Minas Gerais é o estado com a maior malha de estradas federais.

Não-docentes recebem apoio

A proposta que inclui os trabalhadores não-docentes das escolas entre os profissionais de educação recebeu ontem o apoio dos três convidados para a audiência pública realizada pela Comissão de Educação sobre o tema. O projeto (507/03), de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e inclui dispositivo que considera profissionais de educação básica os "portadores de diploma de curso técnico em área pedagógica ou afim, obtido em instituição credenciada". Estão inseridos nessa definição os que trabalham em secretarias escolares, cantinas, bibliotecas e segurança dos alunos.

O secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, disse que a educação "transcende o espaço da sala de aula". O diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, Horácio dos Reis Filho, disse ser favorável à legalização da situação dos trabalhadores não-docentes.

Noruegueses visitam o Senado

Em visita realizada ontem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o líder da Comissão de Assuntos Internacionais do Parlamento Norueguês, deputado Torbjorn Jagland, e o embaixador da Noruega no Brasil, Jan Gerhard Lassen, conversaram com o presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), sobre a questão da pobreza no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento.

O parlamentar norueguês, que também já foi ministro de Relações Exteriores daquele país, salientou a importância de um programa educacional como aliado ao combate à pobreza. Para Jagland, a educação pode contribuir para integrar os pobres ao sistema nacional do qual são excluídos.

A Noruega, informou o deputado norueguês, teve diminuição da pobreza pela implantação de um sistema educacional eficiente. Jagland convidou Cristovam a visitar seu país para conhecer essa experiência e iniciar a discussão de projeto nesse sentido entre os dois países.

Renan participa de ato pelo desarmamento

Presidente do Senado discursa em evento realizado por entidades civis na rampa do Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem de ato realizado na rampa do Congresso Nacional por membros de entidades civis e movimentos sociais a favor do desarmamento e da proibição da venda de armas no Brasil. Segundo essas entidades, a defesa da vida implica o desarmamento e, para isso, é preciso

que a Câmara dos Deputados aprove o projeto de decreto legislativo que regulamenta o referendo popular sobre a proibição.

Renan disse que foi a mobilização popular que gerou, no Congresso, o Estatuto do Desarmamento e o referendo.

– A proibição já consta do estatuto, mas é a população quem vai decidir se deve ser mantida, por meio do referendo. Essa mobilização precisa ser mantida – frisou.

Renan observou que o desarmamento não acabará com os crimes, que têm muitas causas, como o desemprego, falta de

acesso à educação e problemas de investigação criminal.

– Menos de 2% dos crimes nos grandes centros são esclarecidos. As pessoas matam no Brasil porque contam com a impunidade – afirmou.

O senador lembrou, entretanto, que o desarmamento deve diminuir o crime cometido por motivo fútil, em que a arma está ao alcance da mão.

Renan acrescentou que será lançada hoje, às 11h, na Presidência do Senado, uma Frente Mista Parlamentar que deverá cumprir um papel destacado na mobilização e propaganda do referendo.

Dia de combate à exploração sexual

Os senadores Cristovam Buarque (PT-DF), Heloísa Helena (PSOL-AL), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO) e Patrícia Saboya (PPS-CE) se juntaram a cerca de cem adolescentes vindos de todo o país na rampa do Congresso Nacional para marcar o Dia Nacional do Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Patrícia Saboya, coordenadora da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente e ex-presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o país, lembrou que o Senado aprovou projetos de leis propostos pela CPI no sentido de aprimorar as políticas públicas na área da infância e aguarda sua votação na Câmara dos Deputados.

Entre as modificações mais importantes propostas à legislação, ela destacou o reconhecimento do crime de estupro também contra meninos e a ilegalidade do tráfico interno, ou seja, o que acontece entre estados e entre municípios.

Comissão aprova audiência pública

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem seis requerimentos para realização de audiência pública. Três desses requerimentos visam instruir a votação do PLS 216/03, de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR), que trata da contrapartida ambiental para a colocação de pneus no mercado interno.

Por requerimento do presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a comissão aprovou solicitação ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que analise as contas de convênios firmados entre a União e o município de Bacabal (MA). A comissão rejeitou requerimento de Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) para convidar o ex-deputado do Rio de Janeiro André Luiz e o empresário Carlos Augusto Ramos, conhecido por Carlinhos Cachoeira, para prestarem esclarecimentos, em audiência pública, sobre declarações que ambos teriam feito à imprensa de que alguns deputados e jornalistas teriam tentado extorquir Cachoeira ou recebido propinas de empresas.



ISENÇÃO Sérgio Guerra (C) preside audiência na CRA que discutiu o regime tributário do setor sucroalcooleiro

Distribuidores de álcool querem isenção de PIS/Cofins

Em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizada ontem, o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), João Pedro Vieira Filho, solicitou ao governo federal a regulamentação do artigo 91 da Lei 10.833/03, que reduziu para zero a alíquota de PIS/Cofins incidente sobre o álcool hidratado vendido pelas distribuidoras.

– Como não foi publicado ainda decreto para regulamentar o artigo, ele não surtiu efeitos. Permanece em vigor a

alíquota de 8,2% – lamentou Vieira Filho.

Entre os principais benefícios da regulamentação, segundo ele, consta que os distribuidores clandestinos perderiam a oportunidade de lucrar por meio da sonegação de tributos.

Também participaram da reunião representantes da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única), do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE) e do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool de Minas Gerais.

Marina Silva falará sobre desapropriação

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participará de audiência na CRA sobre decreto de desapropriação de terras no Paraná e Santa Catarina para criação de unidades de conservação ambiental. A informação foi passada pela ministra ao senador Sibá Machado (PT-AC), por telefone, durante a reunião de ontem da comissão. Marina deverá ir à CRA antes da assinatura do decreto pelo presidente da República, prevista para o dia 27. A audiência foi proposta pelo senador Osmar Dias (PDT-PR) para discutir a situação de produtores rurais cujas terras serão desapropriadas.

Especialistas debatem revisão das leis que punem o aborto

Como parte da programação do Ano da Mulher Latino-Americana e Caribenha, será realizada hoje, às 14h30, no auditório do Interlegis, videoconferência nacional sobre "A revisão da legislação punitiva do aborto". O evento envolve a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as

assembleias estaduais.

Participam como debatedores a professora de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Lia Zanotta Machado; o médico e assessor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Thomaz Rafael Gallop; e a coordenadora da área de

Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Regina Viola.

Ao longo deste ano, será promovida uma série de eventos voltados para a melhoria da integração dos 22 países latino-americanos, com troca de experiências e abordagem das dificuldades e conquistas das mulheres

em cada país.

No segundo semestre, será realizado, em Brasília, um grande seminário reunindo ministras, parlamentares e primeiras-damas das nações participantes. Também será publicado um atlas que traçará o retrato da realidade feminina em cada região.





TEMOR "Podemos entrar em uma triste lista de projetos megalomaniacos", adverte Aelton

Aelton pede a revitalização do São Francisco

O senador Aelton Freitas (PL-MG) disse ontem que, se o governo federal não enfrentar a questão da revitalização do rio São Francisco, toda propagação em torno da transposição de parte de suas águas vai con-

tribuir para uma degradação ainda maior do semi-árido.

– Podemos entrar em uma triste lista de projetos megalomaniacos que tiveram como principal resultado um desperdício absurdo e inconseqüente de recursos públicos.

Ao recorrer a informações fornecidas pelo IBGE, o senador ponderou que a bacia do São Francisco é a região de maior devastação ambiental em Minas Gerais. Para o estado, segundo Aelton, isso torna-se dramático tendo em vista que 73,5% do volume total das águas do rio nascem e correm em solo mineiro.

Chamaram ainda a atenção do parlamentar os dados indicando que 25 municípios mineiros estão entre aqueles que apresentam um índice de 40 óbitos por cada mil crianças nascidas vivas.

Pavan defende descentralização das universidades

Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu a descentralização das universidades federais, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas no ensino superior e reduzir seus custos. Ele disse que, em seu estado, Santa Catarina, mais de 80% das vagas das instituições públicas de ensino superior estão concentradas na capital.

– Isso encarece os custos e diminui as chances de ingresso para os alunos do interior do estado, principalmente os das regiões mais afastadas, como o oeste e o extremo-oeste. É por isso que propusemos, em 2003, projeto de lei que cria a Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina – afirmou.



DIFICULDADE Pavan observa que concentração na capital diminui chance para estudante do interior

O senador lembrou que esse projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator Arthur Virgílio (PSDB-AM). Pavan acrescentou que, para assegurar a criação da nova universidade, foram aprovadas emendas ao Plano Plurianual 2004-2007 e ao Orçamento da União de 2005, que somam R\$ 45 milhões.

Interlegis sedia encontro de escolas do Legislativo

O senador Efraim Morais (PFL-PB) e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, deverão participar hoje da abertura do encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), às 9h, no auditório do Interlegis. O evento prossegue até amanhã e contará com a presença de representantes das escolas do Legislativo de 24 assembleias estaduais, que elegerão a nova diretoria da entidade para o biênio 2005/2006.

Logo após a abertura do encontro, haverá debate entre os representantes do programa Interlegis e das escolas do Legislativo. Para a parte da

tarde, está programada visita às dependências do Senado, da Câmara dos Deputados e do Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Amanhã, a partir das 9h, haverá palestras e apresentação dos grupos de trabalho no auditório do Interlegis. A partir das 14h, a administração atual da Abel fará a prestação de contas das ações executadas nos últimos dois anos. Em seguida, terá início a assembleia geral que irá eleger a nova diretoria da entidade, com a definição do plano de trabalho para o biênio 2005/2006.



MUDANÇA Renan (C) participa de encontro da comissão que analisa novas regras para tramitação dos orçamentos

Renan apóia limite a corte de verbas do Orçamento

Presidente do Senado propõe que sejam definidas áreas que não poderão sofrer bloqueio de recursos

A imposição de limites para o contingenciamento ganhou apoio do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. Na reunião com líderes partidários e integrantes da comissão mista temporária encarregada de sugerir mudanças na tramitação dos orçamentos públicos federais, Renan propôs ontem que sejam definidas as áreas que não poderão sofrer o bloqueio de recursos pelo Executivo, a exemplo do que já

ocorre com as verbas orçadas para pesquisa. Essas áreas estão listadas no anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em atendimento a pedido do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), presidente da comissão temporária, Renan prorrogou pela segunda vez o prazo para conclusão dos trabalhos. A comissão terá até o dia 1º de junho (o prazo anterior terminou esta semana) para apresentar as alterações na Resolução nº 1 do Congresso Nacional, que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A proposta será, então, submetida à Mesa do Congresso.

A última versão do relatório

do deputado Ricardo Barros (PP-PR) sobre as 412 emendas apresentadas ao texto inicial foi debatida com Renan e os líderes partidários no Senado. Depois de mais de uma hora de discussão, alguns pontos continuaram pendentes. Um deles, por exemplo, é a redução das emendas de bancada. Mesmo depois de ter ampliado de cinco para dez, o relator não conseguiu fechar posição entre os senadores.

Alguns líderes que representam bancadas de estados menores da Federação querem manter o atual número de emendas, que varia de 18 a 23. Eles entendem que perderiam recursos com a nova proposta.

Prefeitos cobram melhor tratamento

O prefeito do Recife e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Paulo Lima, afirmou ontem que as grandes dificuldades pelas quais passam os municípios brasileiros só poderão ser combatidas com eficácia por meio da realização de um grande pacto federativo. Tratados "como entidades de terceira categoria", os municípios fazem jus a apenas 10% dos recursos do Orçamento, enquanto os estados ficam com 20% e a União com os 70% restantes, disse João Paulo, durante audiência pública realizada na Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Criada em março deste ano junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a subcomissão tem a prerrogativa de tratar matérias relacionadas à dimensão econômica e fiscal dos municípios, para articulá-los com o



AUDIÊNCIA Prefeito João Paulo Lima (E) apresenta reivindicações de municípios à comissão presidida pelo senador Garibaldi Alves

planejamento nacional.

Segundo o presidente da FNP, o Recife tem 1,5 milhão de habitantes dos quais 1 milhão vive na pobreza ou na miséria. Porém, em comparação aos demais municípios pernambucanos, o Recife é um município "rico", pois responde por 33% da arrecadação do estado.

Os senadores Sibá Machado

(PT-AC), Roberto Saturnino (PT-RJ), César Borges (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI), Ana Júlia (PT-PA) e Delcídio Amaral (PT-MS) participaram dos debates. João Paulo Lima entregou ao presidente da subcomissão, Garibaldi Alves (PMDB-RN), documento que contém temas de relevância para os municípios.

Redução da carga horária pode ter projeto consensual

■ Valadares sugere que a Comissão de Assuntos Sociais encaminhe proposta única para votação em Plenário

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), defendeu a elaboração de um projeto de consenso so-

bre a redução da carga horária de trabalho, envolvendo não só empresários e trabalhadores, mas também o poder público, para que a CAS encaminhe uma única proposta para votação em Plenário.

– Com esse projeto consensual, teremos um país melhor, gerando trabalho para todos.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Subcomissão Permanente do Trabalho e

Previdência, e autor do requerimento para a realização de audiência pública para tratar do tema, afirmou que esse é um assunto que interessa a todos. Ele lembrou que cinco propostas sobre o tema que tramitam na Casa são de sua autoria.

– O fruto dessa audiência será o de permitir a construção de uma única proposta que represente a média dos pensamentos – afirmou.

Empresários divergem sobre jornada de trabalho

O empresário Francisco Simeão, proprietário da BS Colway (fabricante de pneus), afirmou que é possível reduzir a jornada de trabalho sem diminuir o salário dos trabalhadores. Ele contou que, há cinco anos, reduziu a carga diária de trabalho dos seus funcionários de 44 para 36 horas semanais e que, depois disso, sua empresa teve um crescimento da ordem de 65%.

Para ele, o custo da redução da jornada de trabalho foi pago com o aumento de produtividade, e ainda sobrou tempo para o melhoramento profissional e da qualidade de vida dos seus funcionários.

– O empresário deve fazer a sua parte, assim como o empregado, o governo e o Legislativo, mudando a nossa legislação trabalhista arcaica – disse.

Já para o diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto

Ferraiolo, o que gera e melhora efetivamente o emprego é o desenvolvimento econômico.

– O importante é que não teremos qualquer avanço no nível de emprego sem reforma tributária – avaliou. Para ele, o crescimento privilegiado de 65% por que passou o proprietário da BS Colway é atípico e não representa a situação genérica dos empresários brasileiros.

Essa opinião também é compartilhada pelo membro do Conselho Temático de Relações de Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Osmani Teixeira de Abreu. Ele lembrou que, a cada ano, os empresários pagam mais impostos e o desemprego cresce, aumentando a informalidade no mercado de trabalho. Para Osmani Teixeira não há, na atual conjuntura econômica, a menor possibilidade de se criarem mais empregos com a redução da jornada de trabalho.



LUTA Crivella diz que mão do Estado foi impiedosa sobre as classes sociais mais pobres do país

Crivella prevê luta difícil com elite brasileira

Em debate após a audiência pública na Subcomissão Permanente do Trabalho e da Previdência, o relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a redução da jornada de trabalho, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), afirmou ser favorável à matéria, mas destacou que a “luta a ser travada com a elite não será fácil”.

– A mão do Estado foi impiedosa sobre as classes mais fracas, e hoje temos três Brasis: o primeiro é formado por 7 mil famílias, que detêm R\$ 800 bilhões depositados em bancos. Dele fazem parte a mídia, principalmente os grupos Globo e Abril; o mercado financeiro, sobretudo os bancos Bradesco e Itaú; grandes grupos industriais, como os de alumínio Alcan e Alcoa, e, por fim, os grandes proprietários rurais. O segundo reúne os 10 mil brasileiros mais ricos. E o terceiro é formado pelos trabalhadores – destacou Crivella, que é também vice-presidente da subcomissão.



DEBATE Paim preside audiência pública que reuniu representantes dos empresários e dos trabalhadores na Subcomissão Permanente de Trabalho

Trabalhadores defendem desenvolvimento econômico

Representantes de entidades ligadas à classe trabalhadora defenderam ontem, na Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, a redução da jornada de trabalho sem diminuição salarial, como forma de gerar maior número de empregos e promover o crescimento econômico. A medida é prevista em vários projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, entre eles o do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da subcomissão.

A representante da Cen-

tral Única dos Trabalhadores (CUT), Rosane da Silva, afirmou que a redução da jornada de trabalho irá possibilitar a inclusão social, com perspectiva de geração de cerca de 2,8 milhões de novos empregos. Mas alertou que a redução das horas trabalhadas só será eficaz caso seja colocada em prática, pelo governo, uma política que leve ao pleno desenvolvimento econômico do país, atrelada a outros dispositivos como uma nova regulamentação do pagamento de horas-extras.

Medida traria imediata diminuição do desemprego, segundo o Dieese

Clemente Gans Lúcio, diretor técnico do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), disse que a redução da jornada de trabalho, de 44 para 40 horas, por exemplo, resultaria na imediata diminuição da taxa de desemprego. Também José Carlos Schutt, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), afirmou que a redução da carga horária para seis horas diárias, com no mínimo dois turnos de trabalho, seria uma das saídas para aumentar o número de postos de trabalho em todo o país.

O presidente da Central de Apoio ao Trabalhador (CAT), Laerte Teixeira da Costa, por sua vez, lembrou que a redução das horas trabalhadas é uma antiga luta do movimento sindical. Mas alertou que o problema não se resume somente a essa questão, já que os trabalhadores brasileiros ganham

mal, não existindo, ao mesmo tempo, para eles, real transferência de ganhos, apesar do aumento da produtividade das empresas. Portanto, observou, não há distribuição de renda.

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antônio Neto, declarou que a redução da jornada “é imperativa”, uma vez que o montante das horas trabalhadas no país “é um absurdo”. Sérgio Leite, da Força Sindical, garantiu que o empresariado brasileiro tem condição de bancar a redução da jornada de trabalho. O custo total para as empresas, na avaliação dele, não ultrapassaria 2%.

Vicente Silva, representando a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), salientou que, a cada dia, cresce o número de desempregados em todo o país, e que a redução da carga horária resultaria na geração de novos postos de trabalho.

Menos trabalho na semana

Redução da carga horária semanal em alguns países:

Países	1980	2001
Alemanha	41,6	40,8
Coreia	51,6	47,0
Espanha	39,7	35,9
EUA	43,3	40,6
França	41,1	38,4
Noruega	35,5	34,9

Fonte: OIT



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Augusto Botelho, João Alberto Souza, Demostenes Torres, José Agripino e Sérgio Zambiasi